



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

RESOLUÇÃO Nº: 0238 /2019
77ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 08.11.2019
PROCESSO DE RECURSO Nº 1/2386/2017
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/201627431
RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
CGF: 06.193.217-5
RECORRIDO: DORATTO COMERCIAL DE JÓIA EIRELI-ME
RELATOR: CONS. LÚCIO FLÁVIO ALVES

EMENTA: ICMS. RECURSO ORDINÁRIO. REEXAME NECESSÁRIO. MERCADORIA ACOBERTADA POR NOTA FISCAL ELETRÔNICA SEM SELO FISCAL DE TRÂNSITO. MULTA. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. A empresa autuada recebeu mercadoria acobertada por nota fiscal eletrônica de entrada sem o selo fiscal de trânsito. Mercadoria sujeita a pagamento antecipado do ICMS. Decadência afastada pela aplicação do previsto no art. 149, VI c/c art. 171, I do CTN. Nulidade afastada, uma vez que o relato estava claro e preciso, oportunizando a ampla defesa. Autuada não apresentou prova de sua alegação de escrituração das notas fiscais em sua contabilidade. Aplicação da multa inserta no art. 123, III, "m" da Lei 12.670/96. Recurso ordinário e reexame necessário conhecido e improvido para manter a decisão singular de **parcial procedente**. Decisão com base nos artigos 113 e 115 do CTN; art. 157/158, § 2º do Dec. 24.569/97; Decisão em acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e em conformidade com manifestação do representante da Procuradoria Geral do Estado.

Palavras-chave: ICMS. Antecipado. Nota fiscal eletrônica. Selo fiscal de trânsito. Cerceamento direito de defesa. Parcial procedente.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

01 – RELATÓRIO

Versam os autos de lançamento tributário confeccionado em face de o sujeito passivo ter cometido a infração, assim relatada:

“Entregar, transportar, receber, estocar ou depositar mercadoria acompanhada de documento fiscal sem selo fiscal de trânsito.

Constam nota fiscais eletrônicas destinadas ao contribuinte, sem aposição do selo fiscal, no período de 2011 a 2013, no montante de R\$ 311.992,88, conforme informação complementar. ”

Apontado como violado o art. 153, 155, 157, 159 do Decreto 24.569/97, com aplicação da penalidade inserta no art. 123, III, “m” da Lei 12.670/96 alterado pela Lei 13.418/03.

Demonstrativo do Crédito Tributário(R\$)

ICMS	53.038,78
Multa	62.398,57
TOTAL	115.437,35

Nas informações complementares o agente autuante destaca que:

“ Um das linhas de auditoria que o auditor efetuou foi o de verificar a idoneidade da documentação fiscal da empresa fiscalizada bem como o da respectiva escrituração. Uma vez efetuando tal verificação, constatamos uma série de notas fiscais que não constavam o “Selo Fiscal de Trânsito de Mercadorias”. E em função do exposto, o representante a comprovação da autenticação (selagem) das notas fiscais relacionadas em anexo a esse termo, dando ao mesmo a espontaneidade para que o mesmo comprovação essa possível irregularidade. “

Constam no caderno processual os documentos necessários ao procedimento de fiscalização.

A empresa inconformada com a lavratura do auto de infração ingressa com impugnação às fls. 21/27 dos autos.

Na Instância monocrática o auto de infração teve Julgamento n. 1997/2018 pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA**, uma vez que foi excluído o valor do imposto.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

A empresa inconformada com a decisão singular apresenta recurso ordinário alegando em síntese:

- I- Da suposta falta de recolhimento – improcedência da autuação – parte do crédito tributário acobertado por decadência na forma do art. 150, § 4º CTN;
- II- Da ausência de selagem em notas fiscais eletrônicas- improcedência da autuação – vício de motivação;
- III- Que as notas fiscais foram escrituradas na contabilidade da empresa não existindo prejuízo para o fisco;
- IV- A aplicação ao caso do previsto no art. 158, § 4º do RICMS;
- V- Requer a improcedência da acusação fiscal.

O Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado, opina pelo conhecimento do recurso ordinário e do reexame necessário, negar-lhe provimento a fim de ser confirmada a decisão singular.

É o breve relato.

02 – VOTO DO RELATOR

Trata-se de recurso ordinário e reexame necessário em razão do julgamento pela parcial procedência da autuação.

No caso em questão a empresa autuada é acusada de receber mercadoria acompanhada de 30 (trinta) documento fiscal sem aposição de selo fiscal de trânsito, no valor de R\$ 311.992,88.

Insta esclarecer que a autuação encontra-se clara e precisa no seu relato, com a tipificação de receber mercadoria sem o selo fiscal de trânsito, aplicando-se a penalidade específica, oportunizando a empresa exercer seu direito de defesa de forma ampla, e ainda, a metodologia foi descrita nas informações complementares do auto, inexistindo cerceamento do direito de defesa.

No que trata do argumento de que as notas fiscais estão escrituradas na contabilidade da empresa recorrente, ressalte que não foi apresentada nenhuma prova de sua alegação, não observando o previsto no art. 95, V, do Dec. 32.885/18, portanto, deve ser rejeitado o argumento.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

No tocante a ponderação de que deveria ser lavrado o termo de notificação previsto no art. 158, § 4º do RICMS, diga que o citado termo refere-se a operação de saída do estado sem receber o selo de trânsito, o que não é o caso dos autos.

Quanto a decadência, insta destacar que a autuação trata de obrigação acessória, ou seja, a falta de aposição do selo fiscal de trânsito de mercadoria, portanto, o lançamento é o direto ou de ofício, catalogado no art. 149, VI do CTN, logo, sendo afastada a arguição de decadência.

Calha noticiar que conforme planilha às fls. 13/14 dos autos, verificamos que as notas fiscais acobertaram mercadorias sujeita a pagamento antecipado do ICMS consoante Decreto n. 26.594/2002. que introduziu alterações no Decreto n. 24.569/97.

Em primeiro momento, insta destacar o previsto no Código Tributário Nacional- CTN, sobre obrigação acessória:

“ Art. 113. (...)

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização.

“Art. 115. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.”

Com base nestes artigos, o legislador cearense disciplinou a obrigação acessória do selo fiscal de trânsito no art. 157 e art. 158, § 2º do Decreto 24.569/97, mesmo sendo nota fiscal eletrônica, assim editado:

“ Art. 157. A aplicação do selo fiscal de trânsito será obrigatória para todas as atividades econômicas na comprovação de operações de entradas e saídas de mercadorias.”

“Art. 158. O selo Fiscal de Trânsito será apostado pelo servidor fazendário no verso da primeira via do documento ou, na impossibilidade, no anverso, sem prejuízo das informações do documento fiscal.”

§ 2º. Considera-se também posto fiscal de fronteira o localizado no aeroporto, cais do porto, terminais rodoviários e ferroviários e serviços postais.”



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

Desta forma, existe a obrigação acessória, no período da infração (2011 e 2213), de selagem das notas fiscais que entrarem ou saírem do estado do Ceará, com o objetivo da arrecadação e fiscalização das operações.

Assim, calha destacar o artigo 117 da LICMS, aduzindo que infração é toda ação ou omissão, voluntária ou não, praticada por qualquer pessoa, que resulte em inobservância de norma estabelecida pela legislação pertinente ao ICMS.

Quanto a tipicidade da multa inserta no art. 123, III, "m" da Lei 12.670/96 ao caso, compreendemos que estão presentes todos os elementos do tipo, já que ocorreu o recebimento de mercadoria acompanhada de documento fiscal (DANFE) sem o selo fiscal de trânsito, já que o legislador não fez diferença de ser o selo físico ou virtual.

No tocante as operações tributadas aplicam-se a penalidade inscrita no art. 123, III, "m", da Lei 12.670/96, por ser a específica para o caso.

Pelo exposto, VOTO no sentido de conhecer do recurso ordinário e reexame necessário, negar-lhes provimento para decidir pela **parcial procedência** da autuação.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Base de cálculo: R\$311.992,88

Multa: R\$ 62.398,57 (20% vr. operação)

É como voto.

03 – DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo de Recurso nº 2386/2017 – Auto de Infração: 1/201627431. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: Doratto Comercial de Jóia. Relator: Conselheiro LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão: A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário e do Recurso Ordinário, negar-lhes provimento, e tomar as seguintes deliberações: I. **Quanto à alegação de decadência do direito de constituição do crédito tributário** argüida pela parte, a Câmara resolve afastá-la, por unanimidade de votos, em razão de se tratar de obrigação acessória, aplicável, portanto, a regra de contagem do prazo decadencial prevista no art. 173, I, do CTN, pelo que se infere que o lançamento foi realizado no prazo legal. Decisão fundamentada nos artigos 106, II e 112, IV do CTN; II. **Em referência a alegação de nulidade do feito fiscal por vício de motivação na determinação da infração e cerceamento ao direito de defesa e ao contraditório**, resolvem rejeitá-




SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

la, por entenderem que as provas constantes dos autos são suficientes para embasar a ação fiscal; III. **No mérito**, por unanimidade de votos, resolvem confirmar a decisão singular recorrida, que foi pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da acusação fiscal, nos termos do Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Não compareceu, para proceder sustentação oral das razões do recurso, o representante legal da recorrente Dr. Bruno Sousa Almeida.

SALA DAS SESSÕES DA 3ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS,
em Fortaleza, 12 de Dezembro de 2019.



Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE


André Gustavo Carreiro Pereira
PROCURADOR DO ESTADO
Ciente em: 12/12/2019


Lúcio Flávio Alves
CONSELHEIRO RELATOR


Ricardo F. Valente Filho
CONSELHEIRO


Teresa Helena C. R. Porto
CONSELHEIRA


Felipe Augusto A. Muniz
CONSELHEIRO


Alexandre Mendes de Sousa
CONSELHEIRO


Mikael Pinheiro de Oliveira
CONSELHEIRO